

ÁREAS EMERGENTES TÊM NOVAS RESOLUÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

As novas orientações são para os que atuam com aquicultura, como também para os que são responsáveis por estabelecimentos que criam ou utilizam animais em atividades de pesquisa ou ensino

Por Carolina Menkes e Lisiane Cardoso

Os profissionais que atuam em estabelecimentos que cultivam e mantêm organismos aquáticos contam com uma resolução específica sobre a anotação de responsabilidade técnica e o registro de profissionais desses estabelecimentos. O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) publicou, em agosto, a Resolução CFMV nº 1.165, que trata especificamente do tema.

O documento busca detalhar as obrigações do profissional responsável técnico, levando em conta as demais normas do CFMV que também tratam de responsabilidade técnica, como as Resoluções CFMV nº 582/1991, nº 683/2001 e nº 1.041/2013.

Segundo o médico veterinário Eduardo Azevedo, presidente do Grupo de Trabalho de Aquicultura que propôs a normativa, a resolução vem para facilitar as relações de trabalho e trazer maior segurança jurídica. "Com ela, pretendemos proteger quem está contratando e também o profissional, evitando problemas de relação de trabalho", diz.



Foto: Visualhunt.com

Atenção à saúde e bem-estar em estabelecimentos que cultivam organismos aquáticos



Foto: Freepick.com

Norma é direcionada a animais de pesquisa e ensino

Animais de pesquisa e ensino – Também neste ano, foi publicada a Resolução CFMV nº 1.178/2017, que regulamentou a responsabilidade técnica em estabelecimentos que criam ou utilizam animais em atividades de pesquisa ou ensino.

"Queremos regulamentar a responsabilidade técnica dos colegas veterinários que atuam nessas instalações, de forma a não só valorizar o trabalho deles, mas também dar enfoque ao bem-estar dos animais nessas instalações", considera a médica veterinária Klena Sarges da Silva, presidente do Grupo de Trabalho de Biotérios do CFMV. Acredita-se que a norma irá auxiliar os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (CRMVs) a fiscalizar os biotérios e resguardar o bem-estar animal.

Os dois textos contaram com amplo estudo e cooperação da sociedade interessada. Para isso, em 2015, foram criados grupos de trabalho específicos para os temas, que levantaram as normas e demandas da área. Além disso, os materiais passaram por consulta pública antes de sua finalização. ●